Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

CORPOS MARGINAIS: migração e exclusão social nas sociedades coloniais
MARGINALIZED BODIES: Migration and Social Exclusion in Colonial Societies

Carlos Mendes Rosa[1]
Joana Novaes[2]

RESUMO: Este texto, parte de uma pesquisa de pós-doutoramento, analisa formas de sofrimento produzidas por políticas de inanição e discursos de ódio, que contribuem para a concentração de populações migrantes nas periferias urbanas. Esses territórios revelam dinâmicas de controle, exclusão e necropolítica, mas também funcionam como espaços de resistência e produção de saberes contra-hegemônicos. As violências vividas nas periferias — da brutalidade policial ao abandono estrutural — estão enraizadas em processos históricos como o racismo e a exclusão social. Ao mesmo tempo, práticas cotidianas nesses espaços expressam um direito decolonial à cidade, transformando a marginalização em resistência criativa e política que reinventa a vida urbana.

Palavras-chave: corpo; migração; exclusão social; decolonialidade

ABSTRACT: This text, part of a postdoctoral study, examines forms of suffering produced by policies of inanition and hate speech, which have contributed to the concentration of migrant populations in urban peripheries. These territories reveal dynamics of control, exclusion, and necropolitics, but also function as spaces of resistance and counter-hegemonic knowledge. The violence experienced in the peripheries—ranging from police brutality to structural neglect—is rooted in historical processes such as racism and social exclusion. At the same time, everyday practices in these spaces express a decolonial right to the city, transforming marginalization into creative and political resistance that reimagines urban life.

Keywords: body; migration; social exclusion; decoloniality

[1] Psicólogo. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Professor do Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde da UFT. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio com estágio sanduíche na Universidade de Coimbra (2015). Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio (2012). Com Especialização em Psicopatologia Clínica pela Universidade Paulista (2007). Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS) da PUC-Rio. Pesquisador convidado do Instituto de Psicologia Cognitiva da Universidade de Coimbra. Bolsista de Produtividade da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: carlosmendesrosa@gmail.com

[2] Pós-doutora em Teoria Psicanalítica pelo Instituto de Psicologia da UFRJ; Psicologia Social e Psicologia Médica pela UERJ. Especialista em Transtornos Alimentares pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida. Coordenadora do Núcleo de Doenças da Beleza do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social - LIPIS da PUC-Rio e do Laboratório de Práticas Sociais Integradas – LAPSI da UVA. Pesquisadora correspondente do Centre de Recherches Psychanalyse et Médecine - Université Denis-Diderot Paris 7. E-mail: joanavnovaes@gmail.com

Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

INTRODUÇÃO

Em nossa pesquisa recente entrevistamos defensoras e defensores de direitos humanos de populações periféricas dos mais diversos matizes, desde aqueles que habitam o entorno das cidades coloniais (como usuários de crack e moradores de rua) até aqueles que são quilombolas e indígenas. Ouvimos os seus relatos de luta e suas narrativas de sofrimento. Apesar das singularidades próprias a cada população, algo ressoou idêntico em todas as entrevistas: trata-se de uma sistemática e calculada necropolítica exercida pelo Estado brasileiro entre os anos de 2016 a 2022. Essa política de morte consistiu em retirar todo e qualquer tipo de fomento, ajuda ou apoio financeiro para essas pessoas e seus coletivos. A essa estratégia covarde e deletéria demos o nome de políticas de inanição. As consequências de tal política podem ser facilmente percebidas ao olharmos para os corpos periféricos e excluídos daqueles que compõem os coletivos e agrupamentos que foram alvos dessa perseguição. A paisagem urbana das grandes cidades se avolumou de "sujeitos de direito" sem direitos (sem moradia, sem comida, sem saúde física e mental) habitando o espaço público em condições de miséria ou sendo alijados e tentando sobreviver nos mais longínquos rincões periféricos onde a democracia nunca existiu de verdade.

Neste sentido, vale lembrar da banalização da injustiça social a qual referia-se Dejours (2011), ao destacar o processo pelo qual, no contexto do trabalho moderno e da gestão neoliberal, as pessoas param de questionar ou se indignar com o sofrimento alheio, adotando estratégias de defesa psíquica para negar a realidade e suportar a pressão, o que leva à quebra da solidariedade social. Esse processo cria uma espécie de "normose social", onde a injustiça e o sofrimento se tornam tão comuns e naturalizados que não são mais questionados. As pessoas aceitam e cumprem ordens, mesmo que imorais, sem refletir sobre as consequências éticas ou humanas. A teoria de Dejours se conecta com o conceito de Émile Durkheim de solidariedade social e sua quebra. Solidariedade Orgânica e Anomia, tais quais descritas por Durkheim, funcionam como o tipo de coesão social das sociedades modernas e complexas, baseadas na interdependência das diferenças e na divisão do trabalho. A anomia (ausência de normas ou regras claras) ocorre quando essa coesão falha, levando a uma desintegração social e à perda de referências morais. A banalização da injustiça social

de Dejours pode ser vista como uma manifestação contemporânea da anomia durkheimiana. Ao negar o sofrimento alheio e silenciar o próprio, os indivíduos deixam de agir com "espírito de fraternidade" ou responsabilidade social.

Mas como a referida desintegração social afeta a paisagem urbana, sua ocupação e geografia? A denominada ocupação colonial promove despertencimento e a interdição da memória coletiva como ferramentas de domínio dos territórios que foram desde sempre utilizados como modos de espoliação. Trata-se de uma lógica própria de apreensão, demarcação e afirmação do controle geográfico pela via da força que, conforma uma base material para um conjunto de relações sociais e espaciais. A produção do espaço, nesse sentido, é matéria-prima da soberania e da violência que ela carrega consigo e transforma-se em ocupação, ou seja, uma maneira de relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (MBEMBE, 2018). Como diria Agambem (2008) o elemento genuinamente filosófico em cada obra de arte, de ciência ou de pensamento, é sua capacidade de ser desenvolvida. Aqui, nós diríamos resignificada ou subvertida, de sorte que a arquitetura urbana globalizada, até por sua insaciável demanda de recursos e capitais, permite a abertura de fendas em seu relevo rígido, onde podem se inserir distintas aglomerações que ali estabelecem seus modos particulares de utilização e apropriação do território.

1. DIREITOS HUMANOS PRA QUE E PARA QUEM?

A história da construção dos Direitos Humanos pode ser dividida em três momentos: A Revolução Francesa que tinha como princípio básico a liberdade; A Revolução Russa que trouxe no seu bojo a noção de igualdade. As Resoluções pós Segunda Grande Guerra que refletiam os valores da fraternidade. Essa construção histórica dá origem a uma forma didática de dividir a evolução das lutas por direitos nas chamadas ondas ou dimensões. Nesse caso temos a primeira
dimensão pautada pelos direitos civis e políticos; a segunda dimensão teve seu enfoque nos direitos sociais e econômicos; a terceira pautou os direitos coletivos, como o meio ambiente e o direito à paz; já a quarta dimensão se preocupou com os direitos relacionados à

globalização, como a democracia e a informação; e, por fim, a quinta dimensão teve o direito à paz como mote de lutas.

A divisão clássica em dimensões é problemática, pois invisibiliza a construção social dos DH a partir das muitas lutas, atomiza os direitos como se cada um fosse diferente e dissociado dos demais (nunca saímos da primeira onda – direitos individuais – a polícia matou mais sessenta mil pessoas na última década aqui no Brasil). Uma questão que se apresenta com urgência é a indivisibilidade dos direitos humanos. Se pensarmos nas ondas ou dimensões veremos rapidamente que um direito sem o outro não faz sentido. Aqui podemos tomar como referência a expressão certeira de Hanna Arendt "liberdade para ser livre". Para ser livre para usufruir da cultura o sujeito precisa ter garantidas as necessidades mínimas de alimentação, segurança, moradia etc. É preciso dizer que os direitos humanos chegam ao nosso tempo histórico atual com muita força e visibilidade entre as massas e dentro dos debates públicos. Entretanto, sua ampla dispersão nas mais variadas camadas da sociedade promove, pari passo, uma vagueza e pasteurização de seus conceitos fundamentais. Todos clamam por direitos humanos, o que produz a contradição interna onde esse clamor aparece inclusive entre aqueles que durante toda a sua trajetória foram contra a mera existência desses mesmos direitos.

Na realidade, diante das mais diversas misérias humanas que encontramos nos dias de hoje, precisamos restringir nossas análises em alguns pontos mais sensíveis e urgentes. Exatamente por isso, nosso texto irá centrar a sua lente sobre os eixos **trabalho, alimentação e mobilidade**. A Carta inaugural dos direitos do homem (naquela época a mulher ainda estava incluída parcialmente) já contemplava em seus artigos todas essas questões. Os direitos fundamentais de primeira geração já tratavam da alimentação e do trabalho. A mobilidade aparece na terceira geração como um direito fundamental para a boa convivência e sociabilidade. No fundo, direitos humanos tratam daquilo que é fundamental para a vida e para a dignidade das pessoas. A palavra *dignidade* liga-se à compreensão do ser humano em várias dimensões fundamentais. Na dimensão religiosa a compreensão de dignidade, aparece como oriunda da fé judaico-cristã ocidental, que reconhece o homem como criação de um Deus único e transcendente, por isso mesmo, digno de estar diante desse Deus e em posição relativamente privilegiada em comparação com o restante dos elementos

da criação. A dignidade, então, torna-se tributária da crença de que o homem participa de um reflexo desse divino pelo simples fato de ter sido chamado a corresponder eticamente à sua condição de criatura racional e livre (Comparato, 2015).

A dimensão filosófica, saímos do plano teológico em direção à esfera da racionalidade. Os chamados filósofos clássicos como Ésquilo, Sócrates e Platão, entendem o homem como o único ser que é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, colocando a razão como o fundamento primeiro de sua natureza, consequentemente, se diferenciando-se de todos os outros seres. Dito de outra maneira, a condição reflexiva eleva a dignidade à condição de valor intrínseco à racionalidade humana. Mais tarde, Kant aprofunda essa noção ao distinguir pessoas, seres dotados de razão e liberdade, que possuem um valor absoluto que as torna fim em si, jamais um meio para outros propósitos quaisquer e coisas que possuem um preço, são passíveis de substituição, pois seu valor é relativo; Durkheim retoma essa reflexão para dizer que pessoas são dignas de pranto e luto, enquanto coisas são apenas contáveis e numeráveis. Ele precisava estar vivo durante a pandemia de COVID no Brasil para assistir perplexo o que nossa dita humanidade fez com os seus semelhantes. A partir da dimensão jurídica a dignidade adquire uma qualidade intrínseca do ser humano que gera direitos fundamentais, tais como o de não receber tratamento degradante, o direito de levar uma vida saudável, o que significa ter assegurado o seu bem-estar físico, mental e social, e por fim, o direito a autonomia e cidadania. Vemos que nessa dimensão a coisa se complexifica mais do que se explica, pois autonomia e cidadania são categorias ainda mais problemáticas.

2. A GENTRIFICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA

Retirar direitos é uma prática costumeira do neoliberalismo na sua versão mais atual. E tal *modus operandi* se apresenta em diversas áreas, seja na diminuição de incentivos sociais, seja no aumento da violência Estatal contra pobres, ou mesmo no afastamento desses grupos para lugares mais distantes de onde se pode obter alimentação saudável, moradia segura, cultura e trabalho. Os processos de gentrificação são formas “inovadoras” de exclusão e segregação social urbana. A origem da palavra remonta aos estudos da

sociologia britânica e descreve o êxodo compulsório de fatias da população, especialmente periférica, diante de uma nova forma de vida social que passa a ser estabelecida no território onde essas habitavam. Trata-se, em linhas gerais, de novas incorporações realizadas por parte de empresas transnacionais que detêm interesse e meios para transformar paisagens urbanas, processos de revitalização de áreas públicas que elevam o valor e a procura por terrenos naqueles locais (caso emblemático da região portuária do Rio de Janeiro após as melhorias no período das Olimpíadas de 2016), e tantos outros processos que modifiquem a condição de um dado pedaço de chão onde, agora, as pessoas menos favorecidas que ali habitavam há décadas não são mais bem-vindas. Nesses casos, as grandes corporações inflacionam os preços e o custo de vida na região alvo, forçando, muitas vezes, as pessoas a venderem seus terrenos, abrirem mão de suas casas e serem deslocados para mais longe dos polos ricos e prósperos das grandes cidades. Mignolo (2017) afirma que, nesses casos, a suposta modernidade oculta seu lado obscuro, qual seja: a reprodução das práticas coloniais e suas formas de dominação e expropriação.

Aqui temos um ponto de ancoragem com o nosso trabalho, pois esse deslocamento forçado de grandes massas de pessoas pela imposição do poder do capital leva a outros deslocamentos sucessivos. Haja vista que os contingentes populacionais deslocados para o entorno do entorno terão que ficar ainda mais tempo dentro de transportes coletivos precários para poderem chegar em seus locais de trabalho originais.

O antropólogo Paique Santarém nos dirá que no Brasil o transporte público possui características bastante singulares que o colocam em condição análoga ao transporte de mercadorias, principalmente se olhamos para a precarização e sucateamento dos meios de transporte público que levam e trazem pessoas das periferias para os centros das grandes cidades. Para o pensador essa não é uma mera coincidência. Em sua tese de doutorado, defende que os meios de transporte públicos brasileiros podem ser considerados atualizações maquiadas do histórico navio negreiro (Santarém, 2020). A predominância de pessoas brancas na gestão e planejamento da mobilidade urbana, aliada ao fenômeno de gentrificação de regiões regularizadas e ocupadas majoritariamente por pretos e pardos, do qual falamos acima, ocasionando um alargamento das distâncias a serem percorridas pelas pessoas pretas, são marcas distintas do racismo presente nesses deslocamentos. Isso porque

existe uma repetição de cenários onde os negros enfrentam mais dinâmicas de restrição/privação e nunca têm a oportunidade de vivenciarem experiências similares a dos brancos.

Santarém ainda nos aponta algumas características típicas do transporte público que denotam os traços do racismo estrutural de nossas sociedades. Tais características vão desde a baixa autoestima fruto do cansaço, do suor e da irritação despertados por aquela condição, o que faz com pretos e pardos se sintam indignos do espaço público, além de destruir sua boa imagem de si, ainda desmotivam outros deslocamentos para espaços de cultura e lazer. A sua tese ressalta também a oferta diferenciada de linhas e infraestrutura em bairros de maioria negra, chegando até a questões mais problemáticas e perigosas como o fato deste segmento ser alvo preferencial de abordagens policiais, ação de milícias e crimes violentos. Expulsos para as periferias, agora os chamados favelados se encontram em um ambiente mais hostil, pautado pelas regras de milícias, facções criminosas e todo um Estado Paralelo, com pouca oferta de empregos, poucas opções de alimentação, insegurança constante e o peso dos estigmas sociais sobre seus corpos. Os direitos humanos chegam com muito menos efetividade nesses espaços, posto que a própria democracia é relativa ali. Contudo, como seria possível pensar em direitos e normas sem refletir sobre os respectivos dispositivos de controle e monitoramento, bem como nas estratégias de gestão da vida?

3. BIOPODER E A GESTÃO DA VIDA: necropolítica, racismo e nutricídio no Brasil

O biopoder, na concepção de Foucault (ref.), refere-se aos mecanismos pelos quais o Estado e outras instituições exercem controle e regulação sobre a vida da população, incluindo saúde, natalidade, mortalidade e trabalho. O objetivo é gerir a vida biológica da população para fins de produtividade e controle social. Em agosto de 2024 vimos reascender nas redes sociais, o polêmico debate sobre o Projeto de Lei 1.459/2022, também conhecido como “PL do Veneno”. Aprovado pelo Senado em novembro de 2023, seguiu para sanção do presidente Lula. Originalmente tratado como assunto relativo à saúde pública, agora ressurge como “pauta de costumes”, em função do aspecto moral que a dietética assumiu na

cultura neoliberal. Outro exemplo emblemático dessa política que desconsidera a qualidade de vida das pessoas mais pobres acaba de ocorrer no congresso brasileiro. Foi aprovado, recentemente no Senado, um limite ao imposto seletivo sobre refrigerantes, de apenas 2%. Esta trava na alíquota foi inserida no projeto de lei sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (PLP 108/2024) e não guarda qualquer relação com o debate do imposto seletivo, criado pela Reforma Tributária para reduzir o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Agora a luta continuará na Câmara dos Deputados, para que os parlamentares corrijam a distorção e retirem a trava que pretende sabotar o imposto seletivo sobre refrigerantes antes mesmo do início da sua vigência.

Atualmente, está a cargo do Ministério da Fazenda propor um projeto de lei específico sobre o imposto seletivo, com a previsão de alíquota para cada um dos produtos sobretaxados. É importante ressaltar que os demais produtos prejudiciais à saúde que estão no imposto seletivo (como tabaco, bebidas alcoólicas e bets) não tiveram um teto de alíquota estabelecido. Observa-se, assim, a clara intenção de beneficiar um setor econômico em um imposto que tem por função principal promover a saúde. A alimentação é uma necessidade básica permeada por processos históricos referentes ao desenvolvimento econômico, cultural e demográfico de cada nação. Assim, o ato de comer não representa apenas o fato de reunir elementos nutritivos importantes para o organismo; antes de tudo, é um ato social que expressa o mundo da necessidade, da liberdade, da dominação e do desejo. O sistema capitalista de produção, a economia de mercado e a urbanização induziram uma mudança nos padrões de vida e comportamentos alimentares das populações, principalmente devido à rapidez e à facilidade com que o brasileiro absorve itens das culturas americana e europeia, por serem considerados modos de vida “superiores”. Adicionalmente, não é possível ignorar que o consumo de guloseimas e supérfluos, nas classes populares, simbolicamente também está associado ao prestígio de quem superou um passado de miséria e fome, mesmo que referido à geração anterior.

No Brasil, com base nas Pesquisas de Orçamento Familiar (2004), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas em 1960, 1980 e 2004, verificou-se que as mudanças no padrão alimentar do brasileiro, nos últimos 30 anos, abrangeram toda a população urbana do país. A taxa de obesidade e sobrepeso da população brasileira atingia

40,6% da população adulta em 2004, sendo 11% (10,5 milhões) de obesos. Os dados do Ministério da Saúde indicam que a obesidade no país aumentou 60% entre 2006 e 2016. A prevalência da doença passou de 11,8%, em 2006, para 18,9%, em 2016. O crescimento da obesidade pode, inclusive, ter colaborado para o aumento da prevalência de diabetes e hipertensão. A incidência de indivíduos com sobrepeso ou obesos é maior em pessoas com menor ou nenhuma escolaridade. Isso se explica porque, nos países em desenvolvimento, o tipo de alimento consumido na zona rural é diferente daquele consumido na zona urbana, numa relação diretamente proporcional entre poder aquisitivo e nível socioeconômico.

Em 1980, eram produzidas 20.095 toneladas de salgadinhos industrializados; em 1996 essa produção foi 6,2 vezes maior. A produção de refrigerante cresceu nos últimos dez anos 90%; e de 1990 a 1996 a produção de biscoitos aumentou 108%. É nesse contexto que o aumento da prevalência da obesidade no Brasil torna-se ainda mais preocupante, ao se verificar que esse acréscimo, apesar de distribuído em todas as regiões do país e nos diferentes estratos socioeconômicos da população, é proporcionalmente mais elevado entre as famílias de baixa renda. Não é difícil imaginar, dado o baixo custo comparativo destes alimentos, a dificuldade dos pais em negarem aos seus filhos tais guloseimas, ainda que supérfluas e altamente calóricas. A aposta, além de econômica, é indicativa da necessidade, bem como da rara satisfação de possíveis desejos. Neste sentido, saúde e adoecimento estão relacionados a uma série de fatores socioeconômicos e culturais que afetam a integridade física e psicológica, individual e coletiva do sujeito. As condições históricas de inserção social, somadas às condições de moradia, renda, saúde e localização geográfica são elementos determinantes no acesso aos bens e serviços de saúde. Aqui, a definição do conceito filosófico de Necropolítica parece ratificar a tríade: obesidade com seus fatores de comorbidades associados ao consumo de ultraprocessados e desigualdade social.

Sendo legítimo afirmar que a comida se tornou um bem acessível a uma parcela significativa da população brasileira (40 milhões). É igualmente correta, contudo, a compreensão de que a manutenção de um corpo magro (distintamente da desnutrição) requer uma dieta dispendiosa, viável financeiramente, apenas, para uma pequena parcela de privilegiados.

O termo Necropolítica refere-se ao uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer, por meio de ações ou omissões, gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão social e violência, bem como condições de vida precárias. As vinhetas apresentadas abaixo têm um propósito meramente ilustrativo. A sua inserção neste artigo, julgamos pertinente, enquanto um marcador de classe, bem como da desigualdade social, - ambos associados à produção dos corpos; igualmente denotativa de privilégios, de um projeto estético, político e de poder. As mesmas fazem parte de uma extensa pesquisa sobre corpo e regulação social, empreendida por um dos autores, cujo eixo central refere-se à investigação de como é forjada a subjetividade contemporânea, ancorada no paradoxo de uma cultura lipofóbica e ao mesmo tempo obesogênica. Isto posto, acreditamos que uma discussão sobre obesidade, enquanto um problema de saúde pública no Brasil, não possa vir desvinculada da menção aos séculos de escravização da população negra. O que, inequivocamente, contribui para um desigual e desfavorável acesso aos direitos e oportunidades, inclusive de saúde. Essas características se refletem no quadro epidemiológico que evidencia iniquidades e vulnerabilidades no acesso às condições promotoras de saúde. Ou seja, não à toa, é justamente a população negra e menos favorecida quem sofre o que entendemos ser o nutricídio — resultante de uma alimentação de pior qualidade e que, portanto, estaria associada aos fatores geradores das comorbidades ligadas à obesidade

> "Quando nós éramos crianças, lá no interior da Paraíba, sertãozão brabo mesmo doutora, não tinha nem televisão lá em casa. Hoje, quando meus meninos me pedem alguma coisa que viram no comercial eu me endivido toda, mas eu compro, porque penso que não tem nada que me dá mais vergonha do que a miséria que a gente passou... não quero que meus filhos saibam, nem em sonho, como era a mãe dando água com farinha pra barriga da gente parar de doer e todo mundo conseguir dormir. Lá em casa é todo mundo gordo, forte, bateu na cama, dormiu!" (J., massoterapeuta, Vidigal, 43 anos)[3].

[3] As vinhetas apresentadas têm um propósito meramente ilustrativo e fazem parte de uma extensa pesquisa sobre corpo e regulação social, empreendida por um dos autores, cujo eixo central refere-se à investigação de como é forjada a subjetividade contemporânea, ancorada no paradoxo de uma cultura lipofóbica e ao mesmo tempo obesogênica. Julgamos pertinente a sua inserção neste artigo enquanto um marcador de classe, bem como da desigualdade social, - ambos associados à produção dos corpos. Igualmente denotativa de privilégios,

Alia-se a tal fato a falta de segurança nos espaços públicos destinados à recreação, o que, certamente, é mais um fator gerador de exclusão. Neste contexto, o videogame, o computador e a televisão, como opções de lazer, fazem parte de uma rotina de incertezas e vulnerabilidade que caracteriza o segmento estudado. Em um estudo realizado por Megid e Fracalanza (2003), observou-se que, no campo da alimentação, há a inadequação dos livros didáticos por não tratarem de forma contextualizada o novo perfil dietético da população brasileira (excesso de açúcar, condimentos, massas e seus derivados). "*Quando a gente morava na roça plantava tudo que comia e raramente ia no supermercado. A carne era a do caranguejo que meu pai e meus irmãos pegavam no mangue, o leite das duas cabras que a gente tinha no quintal, onde também plantávamos jerimum e batata doce. Agora na cesta básica que ganho lá no meu trabalho só tem fubá, macarrão, óleo, açúcar, não tem uma fruta, um legume... depois os médicos lá do hospital reclamam e não entendem porque pobre é gordo*!" (H., assistente de enfermagem e acompanhante de idosos, 48 anos – moradora da comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro).

Acredita-se que o material escolar deve ser coerente com a proposta pedagógica do ensino, e levar a comunidade estudantil a se sentir motivada a refletir sobre o significado da saúde, discutindo sobre prevenções, causas e possíveis soluções para uma vida de qualidade. Outro fator importante – que faz parte desse panorama alimentar – a que a família se encontra exposta, diz respeito às contradições sociais presentes na cultura. Enquanto se estabelecem programas de incentivo ao estilo de vida e hábitos alimentares saudáveis, não se deixa de comemorar os finais de semana com a feijoada do sábado e o churrasco do domingo, sem contar que todo o prazer e desprazer de um acontecimento na vida das pessoas pode ser compensado com uma bebida, um doce ou um chocolate (FREITAS, 2004). Esse fator salienta a ambiguidade das questões culturais presentes no cotidiano da população, bem como um imaginário popular no qual a fartura e a ostentação ainda estão associadas a um ideal de saúde, como identificado por um dos autores em estudos anteriores (NOVAES, 2018; 2016; 2014; 2012; 2006).

de um projeto estético, político e de poder.

Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

4. ACESSO FÍSICO E FINANCEIRO AOS ALIMENTOS SAUDÁVEIS

As favelas são frequentemente classificadas como "desertos alimentares" ou "pântanos alimentares" (do inglês, *food deserts* ou *food swamps*). Isso significa que há pouca ou nenhuma oferta de alimentos frescos (*in natura*) e minimamente processados a preços acessíveis, enquanto há uma grande disponibilidade de lanchonetes e pequenos comércios que vendem produtos ultraprocessados, geralmente mais baratos e com maior prazo de validade. A geografia local das favelas brasileiras interfere igualmente nos hábitos alimentares dos migrantes, principalmente através do acesso limitado aos alimentos saudáveis, maior disponibilidade de ultraprocessados e dificuldades logísticas, conforme mencionado acima. Estes fatores geográficos e de infraestrutura moldam as escolhas alimentares, muitas vezes levando ao abandono de dietas tradicionais em favor de opções mais acessíveis, embora menos nutritivas. A rápida urbanização contribui para a difusão de hábitos alimentares padronizados e a perda da identidade e cultura alimentar regional dos migrantes.

Muito embora a comida tradicional ainda seja um importante marcador de identidade (como o consumo de baião-de-dois ou cuscuz em comunidades nordestinas), a oferta local limitada pode levar à substituição de ingredientes ou ao consumo menos frequente dessas refeições. Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à logística e ao transporte: a localização periférica de muitas favelas e o tempo gasto em longos deslocamentos diários entre casa e trabalho ou locais de compra em outras regiões resultam em falta de tempo para comprar e preparar refeições saudáveis. Isso incentiva o consumo de alimentos ultraprocessados, que exigem pouco ou nenhum preparo. Adicionalmente e não menos importante, a infraestrutura básica e as condições de higiene configuram para o abastecimento de água inadequado e condições precárias de moradia, dificultam a limpeza e a conservação de alimentos frescos, como frutas e vegetais, - desencorajando a compra desses itens, mesmo quando disponíveis. Finalmente, a insegurança e a violência comparecem como variáveis que não devem ser negligenciadas e podem limitar a mobilidade dos moradores, incluindo a ida aos mercados ou feiras mais distantes que

ofereçam opções mais saudáveis, forçando, irremediavelmente, à dependência dos comércios locais mais próximos, nos quais são encontrados produtos menos nutritivos.

5. DESEMPREGO, NECROPOLÍTICA E AS CIRURGIAS BARIÁTRICAS SUSPENSAS NA PANDEMIA

Conforme vimos tratando acima, a obesidade configura um problema de saúde pública, cujos efeitos nefastos são observados em inúmeros aspectos da vida associativa do sujeito. Neste sentido, a relação entre biopoder, desemprego e as cirurgias bariátricas (dispositivo de saúde), suspensas na pandemia, pode ser analisada através das teorias da Biopolítica de Michel Foucault (2022) e da Necropolítica de Achille Mbembe (2018), que discutem como o poder opera sobre a vida e a morte das populações, especialmente em contextos de crise. Durante a pandemia de COVID-19, a suspensão das cirurgias bariátricas (procedimentos eletivos) pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pela rede privada ilustram a operação do biopoder em uma situação de crise. Em nome da priorização da vida imediata**:** leitos foram liberados e da mesma forma equipamentos e profissionais de saúde para o tratamento de pacientes com COVID-19, visando salvar o maior número de vidas *imediatamente* ameaçadas pelo vírus. Se por um lado, isso demonstra uma escolha biopolítica de gestão da saúde pública em face de uma emergência sanitária; por outro, o **"deixar morrer"**, no entanto, levou à suspensão que teve consequências graves para pacientes com obesidade mórbida, uma vez que a condição crônica é fator de risco para o agravamento da própria COVID-19 e outras doenças (como diabetes e hipertensão).

Da mesma forma, pendulando numa lógica que separa corpos produtivos vs. corpos descartáveis, a longa espera e o atraso no tratamento resultaram em desespero e revolta para esses pacientes, que se sentiram negligenciados. Essa situação pode, igualmente, ser lida sob a ótica da Necropolítica, posto complementar o biopoder, ao descrever o poder de decidir quem vive e quem morre, ou ainda, ser mais ou menos exposto aos riscos de morte. Assim, a vida dos pacientes bariátricos foi exposta ao risco de agravamento de suas condições. Neste sentido, o desemprego ao qual foram submetidos, e que aumentou durante a pandemia, levou ao aumento da incidência de vulnerabilidade social. Donde, a perda de

emprego não significa apenas a perda de renda, mas também e, muitas vezes, a perda do plano de saúde e do acesso ao tratamento médico (incluindo a cirurgia bariátrica na rede privada). Em última análise, numa lógica neoliberal e biopolítica, o poder tende a valorizar corpos dóceis e produtivos que contribuem para a economia. O desemprego e a obesidade podem levar à exclusão social e à percepção de que esses indivíduos são menos "úteis" ao sistema, acentuando disparidades no acesso à saúde.

A mesma acentuação das desigualdades pode ser observada na suspensão das cirurgias que, por sua vez, chamaram a atenção para as disparidades entre o sistema público e privado; pacientes no SUS já enfrentavam longas filas de espera, que se tornaram ainda maiores, enquanto aqueles com recursos no sistema privado puderam, em alguns casos, retomar o tratamento mais cedo após a fase crítica. Em suma, a situação das cirurgias bariátricas, do desemprego e da pandemia reflete como o Biopoder e a Necropolítica operam para gerir a vida e a morte da população, tornando certos grupos mais vulneráveis e sujeitos à decisão política sobre sua saúde e sobrevivência em momentos de crise. Falamos um pouco sobre o território da favela. Continuidades e descontinuidades; deslocamentos e segregações de sutis e acintosas; becos e vielas estreitamente vigiados; público e privado que se interpenetram em uma geografia muito distinta do asfalto.

Segundo Marc Augé (1994), os “lugares” são fundamentais porque são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, pode ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito. O espaço torna-se, então, um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e o incontável arsenal de objetos técnicos. Cada espaço é, portanto, global e particular; expressa o mundo e as condições próprias, singulares, de sua constituição (VILHENA & SANTOS, 2000).

Se cada lugar espelha a realidade e os costumes de diferentes espaços físicos, seus arsenais técnicos e imaginários, seria possível fazer uma analogia com a topografia do lugar onde esses corpos são produzidos? Afinal, assim como o corpo, a geografia da cidade é também um lugar de trocas. E como é viver em um lugar em que as trocas são tão controladas

e o espaço tão vigiado? Segundo Vilhena (comunicação pessoal), talvez possamos pensar que em territórios estreitamente vigiados como as favelas (seja pela polícia, seja pelo narcotráfico ou pelas milícias), onde o estado de anomia vivenciado nessas localidades tenha como seu resultado mais efetivo o uso da lei como um instrumento de vingança das elites, as linhas de fuga são reduzidas, mas felizmente não são inexistentes.

6. OLHANDO PARA AS POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS

Por todas essas situações que aqui descrevemos, os corpos migrantes acabam parando e se instalando nas periferias das grandes cidades. Esse movimento pode ser observado através do prisma capitalista da higienização dos espaços turísticos, da ótica utilitarista da contenção dos pobres em um espaço único (o que facilita a vigilância, as políticas assistenciais e também as políticas de morte) e ainda pela lente dos direitos humanos contra hegemônicos que vêem ali focos importantes de resistência. É justamente a pluralidade das periferias que nos direciona ao diálogo e à convivência. Essa é uma condição particular que pressupõe a superação da dicotomia entre nós e eles e da confusão entre “estar no entorno” e “ser o entorno”. É como se, no caso das periferias, a fonte de riqueza de sua própria identidade narrativa fosse também a fonte de muitas de suas contradições em nossa sociedade. As narrativas das periferias carregam saberes subjugados (suas histórias orais, as resistências cotidianas, práticas coletivas e comunitárias). Essa biblioteca viva é um poderoso patrimônio humano contra hegemônico — uma espécie de antídoto contra a monocultura do pensamento burguês. É importante salientar que tais contradições não são intrínsecas às próprias periferias, mas reflexo de violências históricas: o racismo, a Necropolítica do Estado, a exclusão social e territorial.

Michel de Certeau (2014) nos ensina que "todo uso é uma invenção". Nas periferias da cidade colonial, essa invenção torna-se revolução. Funk como ocupação sonora e política, grafite como escrita marginal e contestadora, mas também redesenhando a paisagem cinza. A bricolagem decolonial não se limita a um mero “fazer com o que se tem à mão” – muito mais, busca sabotar a lógica do colonizador com as sobras que ele descartou. A horta no lote vago, a escola no terreiro, o baile na laje, a ocupação que transforma prédio abandonado em

centro cultural: cada um é um ato de guerrilha semiótica que reescreve e encanta o mundo. Talvez, neste contexto, possamos pensar o corpo como um dos últimos redutos de resistência ao controle exercido. Este corpo que é tantas vezes maltratado, torturado e explorado, não se deixa reduzir a ser apenas isto – é também um corpo do prazer negado em quase todas as outras esferas da vida, do lúdico e do político. Haveria assim um lidar de forma bastante diferente com a autoimagem, com o próprio corpo, que determinaria sociabilidades distintas? É importante ressaltar a dimensão social do corpo, que é sempre encerrado em um certo tempo, em um dado espaço, que traduz inúmeras conotações de prazer e desprazer, bem como reflete códigos e espelha costumes. Os diversos significados atribuídos e elegidos a este corpo seriam decorrentes da multiplicidade de culturas em que o mesmo poderia estar inserido. Foi a partir deste mecanismo fundamental de conhecimento, a comparação entre o que é universal em todo corpo e as possíveis inflexões que esse corpo sofre de acordo com diferenciados sistemas de valores. No caso das comunidades citadas a inconstância e a imprevisibilidade dão ao corpo características distintas, revestindo-o de uma maleabilidade/plasticidade fundamentais, não somente para a sua sobrevivência, como também para a saúde psíquica dos sujeitos que ali vivem. A narrativa a seguir, fruto de pesquisa previamente realizada por um dos autores, revela como a geografia corporal estaria imiscuída à geografia física, refletindo, inclusive, as diversas formas de viver do sujeito. Nas palavras de W. 35 anos:

> "Você me perguntou que tipo de corpo eu acho bonito e qual gostaria de ter. Eu te respondo o seguinte, acho que funciona assim: lá no asfalto tudo é reto, aberto, espaçoso, nada falta e quando tem confusão tratam logo de consertar, ou seja, o cara que vive lá embaixo tem segurança. Já aqui em cima a coisa rola diferente, o terreno é acidentado, apertado, cheio de becos e ruelas, nada é reto, tem muita coisa errada, mas as autoridades não se empenham em resolver. O que isso tudo tem a ver com a sua indagação? Ao invés de responder que corpo gostaria, uma professora do morro deveria dizer pra do asfalto que corpo é possível ter, já que o lugar que eu moro não é como gostaria. Preciso ser sinuosa, não posso ser reta, caso contrário não sobreviveria mais do que dois dias por aqui. Quer seja por causa do movimento que sai matando nossas crianças ou da polícia que chega estourando a casa da gente, sem pedir licença. Não dá nem para saber se iremos ao trabalho no dia seguinte, se será possível pegar condução, se teremos dinheiro no final do mês para pagar as contas – é tudo imprevisível! Portanto, você não pode subir aqui esperando encontrar o mesmo corpo.

> Nosso corpo é esperto, temos que improvisar desde cedo. Pobre que não improvisa nasceu morto, se lasca todo. E você sabe como é: viver não é só comer e trabalhar, como diz aquela música dos Titãs – a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. Por isso, quando dizem que a vida na favela é fácil, porque não pagamos por nenhum serviço, temos gato em praticamente todos os aparelhos, reajo, pois as pessoas confundem viver com sobreviver. Eu costumo brincar com os meus alunos, pois eles me perguntam se é errado terem gato em suas casas, já que no rádio e na tevê ouvem que é crime – respondo que é errado, mas serve como uma compensação, já que temos que matar um leão por dia e o governo não dá condições adequadas. É a tal história, quem não tem cão, caça com gato! Esse corpo (apontando para o próprio) muda toda hora. Então eu acordo e todo dia de manhã e me pergunto: com que corpo eu vou enfrentar a realidade"

Por fim, vamos lembrar com Marilena Chauí que a pluralidade periférica não é problema a ser corrigido, mas um projeto político em construção. Suas contradições não são falhas, mas sinais de que a luta por direitos se dá em um campo minado por hegemonias. Ou seja, a escuta dessas narrativas — sem os filtros coloniais costumeiros — é o único caminho para a produção de direitos humanos que dignifiquem a humanidade em sua condição plural. Nas periferias da cidade colonial essa invenção torna-se revolução. Funk como ocupação sonora e política, grafite como escrita marginal e contestadora, mas igualmente, redesenhando o cinza da paisagem urbana. A bricolagem decolonial não se limita a um mero "fazer com o que se tem à mão" — vai além, resistindo à lógica do colonizador com as sobras por ele descartadas. A horta no lote, a escola no terreiro, o baile na laje: cada gesto ou acontecimento convertem-se em um ato de guerrilha semiótica, reescrevendo e (re)encantando o mundo.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 1. ed. Campinas: Papirus, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FISCHLER, Claude. A "mcdonaldização" dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 841–862.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FREITAS, Karine Maria Cavalcanti de. *Obesidade, mulher e família*. 2004. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2004.

GAGLIANONE, Cássia P. *Estudo do conteúdo relacionado à nutrição em livros didáticos de ciências utilizados no ensino fundamental brasileiro*. 1999. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde Pública) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1999.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483–492, 2003.

GURFINKEL, Décio. *Adicções*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. (Coleção Clínica Psicanalítica).

HALPERN, G. *Comerciais veiculados em programação infantojuvenil de canais abertos de TV e sua relação com escolha de alimentos em amostras de escolares*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de orçamentos familiares 2002–2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEGID, Jorge Neto; FRACALANZA, Hilário. O livro didático de ciências: problemas e soluções. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 147–157, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1–18, 2017. DOI: https://doi.org/10.17666/329402/2017. Disponível em: https://doi.org/10.17666/329402/2017. Acesso em: 21 dez. 2025.

NOVAES, Joana de Vilhena; VILHENA, Junia de. Saco vazio não fica em pé: sobre a obesidade nas classes populares brasileiras. In: NOVAES, Joana de Vilhena; VILHENA, Junia de. *O corpo que nos possui: corporeidade e suas conexões*. Curitiba: Appris, 2018. p. 167–184.

NOVAES, Joana de Vilhena. *Com que corpo eu vou? Sociabilidades e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares*. Rio de Janeiro: Pallas; PUC-Rio, 2010.

NOVAES, Joana de Vilhena. *O intolerável peso da feiura: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: Garamond; PUC-Rio, 2006.

NOVAES, Joana de Vilhena. Você tem fome de quê? Sobre a clínica da obesidade em um hospital público. In: GOMES, C. F.; VERMELHO, S. C. (org.). *Estética e saúde: a transmutação do corpo*. Vila Velha: Opção, 2014. p. 68–94.

SANTARÉM, Paíque Duques. A concepção do transporte coletivo no Brasil está conectada aos navios negreiros. *ITDP Brasil*, 14 dez. 2020. Disponível em: https://itdpbrasil.org/a-concepcao-do-transporte-coletivo-no-brasil-esta-conectada-aos-navios-negreiros-diz-paique-duques-santarem/. Acesso em: 19 dez. 2025.

VILHENA, Junia de; NOVAES, Joana de Vilhena. Da memória da fome à obesidade como sintoma: sobre estética, corpo e sofrimento psíquico. In: SANTOS, E.; FERREIRA, J. (org.). *Mudanças e transições: pessoas em contextos*. Viseu: PsicoSoma, 2012. p. 293–308.

VILHENA, Junia de; NOVAES, Joana de Vilhena. *Que corpo é este que anda sempre comigo? Corpo, imagem e sofrimento psíquico*. Curitiba: Appris, 2016.

VILHENA, Junia de; NOVAES, Joana de Vilhena; ROSA, C. M. Obesity: listening beyond the fat cells. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 718–731, dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n4p718.11. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n4p718.11. Acesso em: 19 dez. 2025.

VILHENA, Junia de; NOVAES, Joana de Vilhena. A tirania da estética: sobre mulheres e seus corpos. *Rumus – Revista Científica da Universidade de Mindelo*, Mindelo, v. 3, p. 287–323, 2012.